

---

## **Um estudo comparativo sobre o conhecimento do sistema pronominal português por parte de Falantes de Português Língua de Herança e Falantes de uma Língua Segunda**

---

*Cristina Flores*  
*Universidade do Minho*

*Esther Rinke*  
*Goethe-Universität Frankfurt*

### **1. Introdução**

A aquisição da língua portuguesa pode dar-se em diferentes contextos, impulsionando diferentes processos de aquisição. Por sua vez, os diferentes tipos de aquisição podem levar a diferentes tipos de conhecimento da língua. O primeiro processo a referir quando falamos de aquisição do português diz respeito à sua aquisição em contexto monolíngue por crianças que crescem num país em que a língua portuguesa é a língua oficial e é a única falada no seio da família. Este é o contexto de aquisição tipicamente designado de aquisição nativa da língua (L1), que caracteriza a maioria das crianças portuguesas que crescem em Portugal (ou as brasileiras que crescem no Brasil). Um outro contexto é aquele que encontramos em países PALOP como, por exemplo, em Cabo Verde, em que o português é língua oficial, mas não é língua de comunicação do seio da maioria das famílias cabo-verdianas. Em geral, o primeiro contacto intensivo com o português ocorre aquando da entrada na escola primária. Nestes casos, o português é uma língua segunda (L2), adquirida ainda na infância (L2 infantil) e o conhecimento linguístico dos falantes cabo-verdianos difere em alguns domínios do conhecimento de falantes portugueses (Alexandre 2015). O português pode, ainda, ser adquirido em fase adulta (L2 tardia), por exemplo, por emigrantes que vêm viver para Portugal, ou por estudantes que nos seus países de origem decidem aprender português. Finalmente, temos os casos das famílias portuguesas ou lusodescendentes que vivem em contextos de emigração e usam o português, a sua língua de origem, sobretudo na comunicação no seio da família. As segundas (e terceiras) gerações de emigrantes, habitualmente, crescem em contextos de bilinguismo, com o contacto diário a duas línguas, a língua maioritária do país de acolhimento e a língua de origem da família. Estes casos de aquisição do

português como língua minoritária em contexto de emigração são designados de aquisição de uma língua de herança (LH) (Flores 2014). São vários os fatores que distinguem os diferentes tipos de aquisição: (i) a idade do primeiro contacto com o português, (ii) o tipo e a quantidade de exposição diária à língua, (iii) o grau de instrução formal em português ou (iv) fatores relacionados com a motivação para a aprendizagem desta língua, a identificação cultural, o seu estatuto sócio-político.

O objetivo do presente trabalho consiste em contribuir para a perceção das semelhanças e dissemelhanças entre três contextos de aquisição distintos: a aquisição do português em contexto monolíngue, como língua de herança em contexto de bilinguismo precoce e como língua segunda em contexto de aquisição tardia. Serão apresentados os resultados de uma Tarefa de Juízos de Gramaticalidade (TJG), centrada no conhecimento de várias propriedades do sistema pronominal português, aplicado a três grupos distintos de falantes do português europeu, que representam os três tipos de aquisição do PE acima referidos.

## **2. Os fatores idade, tipo e quantidade de exposição linguística**

Um vasto número de estudos que comparam diferentes tipos de aquisição linguística tem mostrado que o percurso de aquisição precoce de duas línguas pouco se distingue da aquisição monolíngue de apenas uma língua, nos vários domínios da língua. As etapas de aquisição morfossintática são semelhantes em ambos os tipos de aquisição, podendo revelar diferenças quantitativas no ritmo de aquisição, mas não diferenças qualitativas (Meisel 2001). Também no domínio fonético, crianças bilingues tendem a apresentar um processo de aquisição muito semelhante a crianças monolíngues (Almeida 2011), sobretudo se tiverem exposição equilibrada às duas línguas desde a nascença. Porém, em muitas situações de bilinguismo, a exposição às duas línguas não é equilibrada, pois a criança tem muito mais contacto com uma das línguas do que com a outra. Geralmente, este é o caso de crianças de origem imigrante após a sua entrada na escola ou no infantário. Em muitos casos, a criança passa a ter muito mais contacto com a língua do país de acolhimento do que com a língua de herança, falada no seio da família e, por vezes, em aulas extra-curriculares de língua de herança.

Segundo vários autores, o contacto reduzido com uma língua influencia o seu processo de aquisição, levando ao desenvolvimento de uma competência linguística particular (Montrul 2008; Rothman 2007), distinta da competência monolíngue. Segundo Montrul (2010a), a aquisição de uma língua de herança e o conhecimento linguístico adquirido distingue-se da aquisição e do conhecimento de uma segunda

língua. Mesmo assim, dependendo do fenômeno linguístico, os falantes de herança como os falantes de uma segunda língua podem apresentar estágios de fossilização parecidos e assim produzir o mesmo tipo de erros linguísticos, o que se deve ao facto de ambos terem contacto limitado com a língua-alvo. Vários autores também defendem que ambos os grupos apresentam idênticos processos de transferência interlinguística (Cuza & Frank 2010; Lipski 2008; Montrul & Foot & Perpignan 2008). Porém, em contraste com falantes L2, bilíngues de herança têm contacto com a sua língua de origem desde a nascença e adquirem-na quase exclusivamente através de exposição naturalística. Uma diferença fundamental entre estes dois tipos de falantes é, por isso, a idade de início do processo de aquisição. Apesar de não existir, na literatura, consenso sobre o papel de fatores de maturação na aquisição linguística, é inegável que existem diferenças evidentes entre indivíduos que adquirem uma segunda língua na infância e indivíduos que apenas começam a aprender outra língua em fase pós-pubertária. Apoiantes de uma visão maturacional defendem que estas diferenças se devem ao fator idade, uma vez que, com o avançar da idade, a capacidade (inata) de aquisição da L1 diminui (Bley-Vroman 1990; Johnson & Newport 1989), o que –segundo alguns autores (p. ex. Pallier *et al.* 2003)– se deve a uma redução da plasticidade neuronal do ser humano. A esta diferença, relacionada com a idade de aquisição, acrescem os diferentes contextos de aquisição, que poderão estar relacionados com diferentes formas de aprendizagem e armazenamento do saber linguístico adquirido. Falantes L2 que adquirem a segunda língua em contexto de sala de aula têm sobretudo contacto com a norma-padrão, têm acesso ao registo escrito da língua-alvo e a instrução explícita de regras gramaticais. Por sua vez, falantes de herança são, em primeira linha, expostos à norma coloquial/oral da sua LH, têm um contacto mais reduzido com registos escritos mais formais e pouca ou nenhuma instrução formal na língua-alvo.

Por conseguinte, se os fatores ‘idade e contexto de aquisição’ de facto moldam o conhecimento linguístico do ser humano, espera-se que estes dois tipos de falantes apresentem competências linguísticas distintas, mesmo no caso de falantes L2 com uma proficiência muito elevada a nível da sua segunda língua. Uma diferença importante poderá estar relacionada com o tipo de conhecimento armazenado. Por aprenderem a língua em contexto de sala de aula, alguns autores defendem que falantes L2 têm mais conhecimento explícito e melhor consciência metalinguística do que falantes que adquirem a língua apenas através de exposição naturalística e a usam apenas em contextos orais (Bowles 2011; Bowles & Montrul 2009). Este dado poderá explicar o facto de, em vários estudos, falantes L2 apresentarem resultados semelhantes ou superiores aos de falantes de herança (FH) em testes escritos e que ativam sobretudo conhecimento explícito da língua. Já em testes orais e aqueles que assentam em saber linguístico implícito, FH tendem a apresentar proficiência semelhante a falantes monolíngues, superando os resultados de falantes L2 (Alarcón 2011; Montrul 2010b).

### 3. O estudo

O presente estudo vem complementar o trabalho apresentado em Rinke & Flores (2014), o qual comparava os resultados de falantes monolíngues e falantes de herança do português europeu com base num teste de juízos de gramaticalidade, centrado no conhecimento morfossintático do sistema clítico do PE. Complementando os dados do estudo anterior, este trabalho reporta os resultados de um terceiro grupo experimental, isto é, de falantes L2 com elevada proficiência a português cuja L1 é o alemão.

#### 3.1. O sistema clítico do português europeu

Devido à sua complexidade, o sistema clítico do português europeu é um domínio da língua muito propício ao estudo do conhecimento linguístico de diferentes tipos de falantes. Por um lado, propriedades puramente sintáticas, como a posição do pronome clítico, co-existem com propriedades de interface, por exemplo a interface entre discurso e sintaxe, como no caso de estruturas de topicalização. Por outro lado, certas propriedades apresentam graus de ocorrência diferentes no discurso oral e escrito, como por exemplo as estruturas de subida do clítico. Existem ainda características do sistema de clíticos, como o uso de formas alomórficas ou a mesóclise, cuja aquisição é reforçada pela instrução formal. No presente estudo foram selecionadas e testadas algumas destas características, seguidamente apresentadas de forma sucinta.

Como a maioria das línguas românicas e em oposição ao alemão, o português possui um sistema de pronomes clíticos e fortes (tónicos) (cf. Tabela 1).

Pronomes fortes (dativo + acusativo)				Pronomes clíticos (dativo + acusativo)					
1. Sg.	<i>mim</i>	1. Pl.	<i>nós</i>	1. Sg.	<i>me</i>	1. Pl.	<i>nos</i>		
2. Sg.	<i>ti</i>	2. Pl.	<i>vós, vocês</i>	2. Sg.	<i>te</i>	2. Pl.	<i>vos</i>		
3. Sg.	<i>ele</i> (masc) <i>ela</i> (fem)	3. Pl.	<i>eles</i> (masc) <i>elas</i> (fem)	3. Sg.	<i>o</i> (masc acus) <i>a</i> (fem acus)	<i>lhe</i> (dat)	3. Pl.	<i>os</i> (masc acus) <i>as</i> (fem acus)	<i>lhes</i> (dat)

Tabela 1. Sistema pronominal do PE

Os pronomes fortes ocorrem tipicamente em posição de sujeito. Em posição de objeto, surgem em estruturas de redobro clítico (1a) ou de topicalização (1b). Em todas as outras posições de objeto, a ocorrência de pronomes fortes não é gramatical em Português Europeu (ao contrário do que é observado no Português

do Brasil). Assim, não se observam em PE a ocorrência de frases como (1c), com pronome forte em vez de um clítico acusativo de terceira pessoa. Também o uso de pronomes fortes em vez de pronomes clíticos dativos (como em 1d) é desviante, porém ocorre por vezes no discurso coloquial (Brito 2008). No alemão, estruturas como (1c) e (1d) representam o uso não-marcado dos pronomes objeto.

1. a) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João viu-**a a ela**, mas não **a ele**
- b) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. **A ela**, o João acenou, mas não viu o amigo
- c) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João viu **\*eles / -os** imediatamente
- d) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João acenou **\*a eles / -lhes** logo

Em alternativa à estrutura de topicalização apresentada em (1b), o PE também possui estruturas de deslocação clítica (Duarte 1987), nas quais o objeto topicalizado é retomado por um pronome clítico, como exemplificado em (2).

2. A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. **A ela**, o João acenou-**lhe**, mas não viu o amigo

Como demonstra a tabela 1 e é novamente exemplificado em (3a) e (3b), na terceira pessoa (do singular e do plural), o PE distingue as formas clíticas consoante o caso dativo e acusativo, respetivamente, atribuído pelo verbo. Neste âmbito é de destacar que na norma coloquial oral do PE parece existir alguma variação na seleção do caso do pronome clítico, sobretudo com alguns verbos como por exemplo o verbo ‘ajudar’ (Flores *et al.* 2015), como exemplificado na frase (3c), retirada do corpus de fala oral de Barbosa *et al.* (2014).

3. a) O João deu-**lhes** boleia
- b) O João deixou-**os** em casa
- c) (\*)E depois eu ainda **lhe ajudei** (Barbosa *et al.* 2014)

Por sua vez, em posição enclítica, os pronomes acusativos podem assumir formas alomórficas distintas dependendo da terminação do verbo adjacente. Se este termina em consoante nasal, o clítico é realizado como *-no(s)/-na(s)* (cf. 4a). Se termina em *-r, -s* ou *-z*, a consoante final cai e o clítico é realizado como *-lo(s)/-la(s)* (cf. 4b).

4. a) Os amigos cumprimentaram-**no** de forma efusiva
- b) Os amigos quiseram convidá-**lo** para jantar

Estas formas alomórficas são adquiridas tardiamente e são explicitamente treinadas na escola. Sobretudo com alguns verbos irregulares, observa-se variação no uso

destas estruturas no registo coloquial. Falantes nativos do português com pouca escolarização parecem apresentar um conhecimento pouco estável desta estrutura (Rodrigues, em preparação).

Também o sistema de colocação do pronome clítico apresenta alguma complexidade e é adquirido relativamente tarde na aquisição L1 do PE (Costa *et al.* 2014). Por não ser uma propriedade analisada neste trabalho, não entramos em detalhe na descrição dos contextos que, em PE, desencadeiam a posição pré-verbal (proclítica) ou pós-verbal (enclítica) do pronome clítico. Focaremos apenas os contextos de reestruturação, constituídos por um verbo auxiliar ou semiauxiliar e o verbo principal não flexionado. Nestas estruturas, se não existir um elemento proclisador, o pronome clítico pode ocorrer em posição de ênclise ao verbo principal (exemplo 5a) ou subir para uma posição de adjacência ao verbo mais alto (exemplo 5b). Na maioria das construções deste tipo, existe opcionalidade quanto à subida ou não do clítico (para um discussão dos verbos que (des)favorecem a subida do clítico veja Gonçalves 2002). Contudo, no registo oral do PE parece existir uma tendência acentuada para a produção de estruturas com subida do clítico, isto é, estruturas nas quais o pronome ocorre entre o verbo auxiliar e o principal (Barbosa *et al.* submetido).

5. a) O João não os viu, mas pode encontrá-los amanhã  
b) O João não os viu, mas pode-os encontrar amanhã

Não existem estudos quantitativos sobre a ocorrência destas estruturas em corpora escritos, mas parece haver uma tendência para favorecer a estrutura sem subida do clítico em registos linguísticos mais formais, que é reforçada pela instrução escolar. De facto, muitos professores de português corrigem a posição do clítico para a estrutura sem subida nos trabalhos escritos dos alunos.

Quanto ao ensino do sistema pronominal do português nas aulas de PLE, num nível intermédio de ensino este incide sobretudo sobre a variação das formas de acordo com número, género e caso, as formas alomórficas e a colocação do pronome. A seleção do caso do pronome clítico é uma propriedade lexical, determinada pela subcategorização semântica do verbo e, por conseguinte, faz parte da aquisição lexical.

### 3.2. Método e questões de investigação

No presente estudo reportamos os resultados de cinco das condições da Tarefa de Juízos de Gramaticalidade apresentada em Rinke & Flores (2014), por considerarmos que são aquelas que nos permitem testar as questões de investigação propostas. Quatro condições incluem duas sub-condições cada e uma subdivide-se em 4 sub-condições. Cada sub-condição contém cinco frases, perfazendo um total de 60 frases; 30 frases são gramaticais e 30 agramaticais.

A Tabela 2 apresenta as condições e sub-condições, exemplificadas com frases do teste.

Condição Verbos usados	Sub-condição	Exemplo
I. Seleção de caso	a) uso do clítico acusativo em vez do dativo (agramatical)	*A Ana emigrou para o Brasil. A Joana enviou-a uma carta
	b) uso do clítico dativo em vez do acusativo (agramatical)	*A cadela do João só faz asneiras, mas o pai adora-lhe
II. Uso de pronomes fortes em vez de clíticos	a) em contexto dativo (agramatical)	*A Maria está no Brasil. A Joana enviou uma carta a ela
	b) em contexto acusativo (agramatical)	*O rei e a rainha passearam de carroça pelo centro de Londres. A Rita viu ele
III. Estruturas de topicalização (sem clítico)	a) objeto acusativo (gramatical)	Já sei qual é o livro que procura. Esse livro, o Luís comprou para a Maria
	b) objeto dativo (gramatical)	A direção ofereceu prendas a toda a gente. Aos colaboradores mais antigos, deu um relógio fantástico
IV. Formas clíticas almórficas	a) uso de -no(s/-na(s) (gramatical)	É proibido saltar a vedação. As crianças sabem-no
	b) uso de -o(s/-a(s) em vez de -no(s/-na(s) (agramatical)	*A professora não gosta de flores. As crianças sabem-o e, por isso, compraram um livro
	c) uso de -lo(s/-la(s) (gramatical)	A mãe gosta de fazer bolos e os meninos gostam de comê-los
	d) uso de -o(s/-a(s) em vez de -lo(s/-la(s) (agramatical)	*Os meninos não gostam do bolo comprado na pastelaria. Eles querem fazer-o em casa
V. Contextos de reestruturação	a) subida do pronome clítico [Vaux Clit Vprincipal] (gramatical)	Eu mudei muito desde que saí da escola. A professora conseguiu-me reconhecer mesmo assim
	b) não subida do pronome clítico [Vaux Vprincipal Clit] (gramatical)	Os meus pais sempre quiseram comprar uma casa no Algarve. Eles decidiram fazê-lo agora

**Tabela 2.** Estrutura da TJG

Além de julgarem a gramaticalidade das frases apresentadas, os participantes deveriam indicar a correção das frases que consideravam agramaticais. Este procedimento permitiu-nos determinar se os juízos de estruturas consideradas agramaticais incidiam nas estruturas-alvo da respetiva condição. Sempre que o juízo de agramaticalidade incidia sobre uma propriedade da frase que não coincidia com a estrutura testada, o juízo era contabilizado como indicando gramaticalidade. Além disso, segundo vários

autores (p. ex. Bialystok 1978; Ellis *et al.* 2006; Han & Ellis 1998), há uma diferença no tipo de conhecimento ativado em TJG. Enquanto a decisão sobre a gramaticalidade de uma determinada estrutura ativa conhecimento explícito e implícito, o exercício de correção de frases consideradas agramaticais ativa sobretudo o conhecimento explícito/metalinguístico, permitindo auferir estas duas dimensões.

A tarefa foi executada individualmente num espaço reservado e não tinha limite de tempo.

As condições selecionadas para o presente estudo focam propriedades do sistema pronominal português que permitem levantar diferentes questões de investigação e hipóteses de trabalho.

Em primeiro lugar, temos estruturas que parecem apresentar alguma variação no discurso oral, como no caso das condições I e II. Uma vez que falantes de herança, em oposição a falantes L2, têm quase exclusivamente contacto com a norma coloquial oral, pretendemos saber se os falantes bilingues espelham as mesmas tendências de variação que falantes monolíngues, demonstrando um processo de aquisição similar. Como os FH têm pouco contacto com registos mais formais e com fontes escritas, falta-lhes a exposição a *input* que pudesse contrabalançar a ocorrência de variação. Isto significa que FH amplificam a variação já presente no vernáculo do português, demonstrando um processo de aquisição maioritariamente baseado na aquisição naturalística e o desenvolvimento de uma gramática mental construída a partir deste tipo de exposição. Pelo contrário, os falantes L2, expostos a um registo mais formal, isento de variação, não deverão manifestar as mesmas tendências, revelando um processo de aquisição diferente dos falantes bilingues.

A aquisição naturalística e implícita de conhecimento linguístico também se manifesta na existência de determinadas assimetrias presentes na gramática interiorizada de falantes nativos. Um exemplo deste tipo de assimetria são as estruturas de topicalização sem clítico (condição III). Os falantes nativos monolíngues parecem favorecer a topicalização (sem clítico) de objetos dativos e desfavorecer a topicalização de objetos acusativos. A questão resultante desta observação é verificar se falantes de herança e falantes monolíngues apresentam as mesmas assimetrias, indicadoras de um saber nativo comum, em oposição a falantes L2 que, por adquirirem a língua tardiamente em contexto formal de sala de aula, não desenvolvem o mesmo tipo de conhecimento interiorizado.

Adicionalmente, as condições IV e V permitem-nos testar o efeito da exposição ao registo escrito e o acesso a instrução formal na língua-alvo. Apesar de ser uma propriedade lexicalizada do PE, que não apresenta opcionalidade, a frequência de formas alomórficas parece bastante reduzida no registo oral como demonstram Flores *et al.* (2015). Este facto poderá estar relacionado com a tendência da norma oral em



favorecer a subida do clítico e, assim, evitar a sua adjacência ao verbo principal no infinitivo (que termina em *-r*). No seu trabalho sobre o conhecimento das formas alomórficas em diferentes grupos de falantes, Rodrigues (em preparação) mostra que falantes monolíngues do PE em qualquer faixa etária mostram debilidades no uso correto destas formas, sobretudo com alguns verbos irregulares (por exemplo ‘pôr’). As formas alomórficas são explicitamente treinadas na escola e surgem com mais regularidade no registo escrito. Também os contextos de reestruturação parecem apresentar diferenças entre os registos oral e o escrito e efeitos de instrução formal. Por conseguinte, pretendemos verificar se estas diferenças se refletem no desempenho dos três grupos de falantes. Se o tipo de exposição e o contexto de aquisição linguística moldam a gramática interiorizada dos falantes, os falantes de herança tenderão a ter maiores dificuldades em ajuizar estruturas que contêm formas clíticas alomórficas. Também não mostrarão nenhuma preferência por estruturas sem subida de clítico.

Por fim, tratando-se de uma TJG e sabendo que este tipo de tarefa requer um elevado grau de consciência metalinguística (Ellis *et al.* 2006), o presente teste permite também questionar o grau de conhecimento explícito dos diferentes tipos de falantes. Estando associado ao grau de instrução e literacia (Gombert 1992), levantamos a hipótese de que, globalmente os falantes de herança apresentem um desempenho mais baixo do que os falantes monolíngues, especialmente nas condições agramaticais, que requerem um esforço adicional de correção. Aprendendo a língua num contexto formal de sala de aula, os falantes L2, que ainda se encontram no processo de aquisição, poderão ter vantagens a este nível, apresentando um desempenho global semelhante aos FH.

### 3.3. Participantes

O estudo conta com um total de 48 participantes adultos: um grupo de 16 imigrantes lusodescendentes de segunda geração (falantes de herança), que cresceram e vivem na Alemanha, um grupo de 16 falantes de PL2 cuja L1 é o alemão e 16 falantes monolíngues portugueses, que residem em Portugal e nunca viveram fora do país.

O grupo de falantes de herança (doravante Grupo FH) inclui 16 participantes com idades entre os 20 e os 43 anos (média = 28.8; desvio-padrão [DP] = 6.7). Todos os FH são emigrantes de segunda geração. Os seus pais nasceram em Portugal e emigraram para a Alemanha nos anos 60/70 já em fase adulta. Onze participantes nasceram na Alemanha, cinco emigraram em fase precoce da infância (até aos 5 anos de idade). Todos têm exposição ao português desde a nascença e ao alemão até aos cinco anos de idade, na maioria dos casos aquando da entrada no infântário ou escola primária. No momento de levantamento de dados, todos os falantes têm contacto com o português através da comunicação no seio da família e de idas a Portugal durante as férias de verão e/ou natal. Todos revelam uma forte ligação ao país de origem e, quando questionados sobre a sua identidade, afirmam considerar-

se ‘alemães e portugueses’. Porém, quando questionados sobre a proficiência linguística, todos os 16 participantes consideraram dominar melhor o alemão do que o português, sobretudo no registo escrito. Todos os participantes frequentaram o curso extracurricular de aulas de português para filhos de emigrantes (a chamada ‘escola portuguesa’) durante seis a nove anos. No momento da entrevista, nenhum participante tem aulas de português, o contacto com o registo escrito reduz-se à leitura esporádica de jornais portugueses (sobretudo desportivos), pesquisas na *internet* e a redação de breves comentários em redes sociais (exemplo *facebook*).

O grupo de falantes L2 (‘Grupo L2’) inclui 16 participantes com idades entre os 22 e os 36 anos (média = 25.3; DP = 3.6). Todos os participantes são falantes nativos do alemão que começaram a adquirir o português em contexto de instrução formal há pelo menos dois anos, estando no nível B1 a B2 do CEFR. Em todos os casos, o principal meio de contacto com o português é a sala de aula. Além desta fonte de exposição linguística, a maioria dos falantes afirma contactar com o português através da música, *internet* e alguns amigos portugueses. Três dos participantes tinham acabado de chegar a Portugal através do programa *Erasmus* quando foram entrevistados.

Sintetizando, ambos os grupos têm em comum a presença do alemão como língua maioritária e um contacto mais reduzido com o português. Contudo, os FH têm contacto com o português desde a nascença, estando sobretudo expostos à norma oral e mais coloquial. Ao contrário, o Grupo L2 começou a adquirir a língua portuguesa em fase adulta, tendo maior exposição à norma escrita e mais formal.

O grupo de falantes monolíngues (‘Grupo MON’) inclui participantes com idades compreendidas entre os 17 e os 49 anos (média = 28.3; DP = 11.1). Nenhum participante é bilingue, nem viveu no estrangeiro por um período prolongado. Quanto ao seu nível de escolaridade, onze informantes têm escolaridade básica e cinco concluíram o ensino secundário, nenhum frequentou ou está a frequentar o ensino superior.

### 3.4. Resultados

Começamos por apresentar os resultados globais dos três grupos. A tabela 2 mostra a média total de acerto por grupo, com indicação do desvio-padrão e os valores mínimos e máximos de acerto.

Grupo	N	Média	DP	Min.	Max.
Grupo MON	16	90.3	4.7	80.0	98.3
Grupo FH	16	60.1	13.7	40.0	85.0
Grupo L2	16	60.8	12.4	35.4	81.7

**Tabela 3.** Média total de acerto por grupo (em percentagem)

A média de acertos é de 90.3% (DP = 4.7) no Grupo MON, contrastando com os resultados significativamente mais baixos dos outros dois grupos, que têm médias globais de acerto muito semelhantes. O Grupo FH apresenta uma média de 60.1% (DP = 13.7) de respostas certas, enquanto no Grupo L2 esta média é de 63.8% (DP = 12.4). Adicionalmente, o valor do desvio-padrão é bastante mais elevado nestes dois grupos do que no grupo monolíngue, o que aponta para a existência de maior variação intra-grupo nos dois grupos. A caixa de bigodes, apresentada no Gráfico 1, reforça a existência de maior variação no seio destes grupos. No entanto, não se verifica a existência de casos de exceção (os chamados *outliers*).

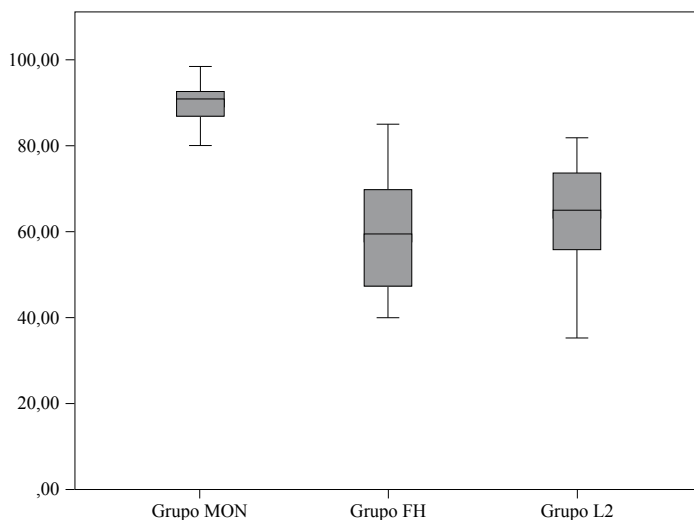


Gráfico 1. Resultados globais (Caixa de Bigodes).

Para a análise estatística recorremos a um teste Kruskal Wallis<sup>1</sup>, que atesta a existência de diferenças significativas entre os três grupos ( $H(2) = 30.896, p < .001$ ). Dois testes Mann-Whitney subsequentes apontam para a existência de diferenças significativas entre o Grupo FH e o Grupo MON ( $U = 2.500, p < .001$ ) e entre o Grupo L2 e o Grupo MON ( $U=1.000, p < .001$ ).<sup>2</sup> Pelo contrário, o Grupo FH não se distingue significativamente do grupo L2 ( $U = 104.00, p = .365$ ).

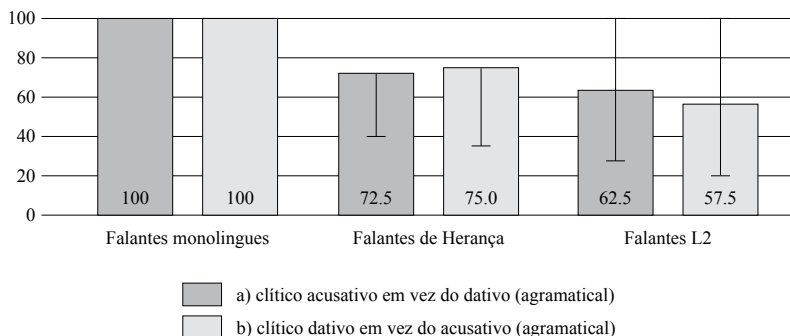
1 A análise estatística foi corrida no programa *IBM SPSS Statistics 21.0*. Uma vez que os dados não apresentam distribuição normal, toda a análise será baseada na aplicação de testes não-paramétricos.

2 A todos os testes Mann-Whitney foi aplicada uma correção Bonferroni, pelo que o nível de significância passa a ser de 0.017 nos resultados deste teste.

Estes resultados globais mostram que, neste tipo de teste linguístico, os falantes de herança apresentam resultados mais baixos que falantes monolíngues, demonstrando níveis de proficiência semelhantes aos do Grupo L2. Este dado vem comprovar que os dois grupos residentes na Alemanha apresentam globalmente mais dificuldades na execução da tarefa, o que se deve a uma maior insegurança na produção de juízos de gramaticalidade. Esta é uma observação recorrente na literatura sobre a aplicação de testes de juízos de gramaticalidade em populações bilingues/falantes L2.

Os resultados referentes à condição I, ‘escolha de caso’, reforçam a observação de que os falantes bilingues e os falantes L2 têm menor consciência metalinguística e, por conseguinte, mais dificuldades na rejeição de itens agramaticais. No entanto, como vamos mostrar em baixo, a diferença entre os resultados nos contextos gramaticais e agramaticais é maior no caso dos falantes bilingues.

O Gráfico 2 apresenta a média de acerto (isto é a percentagem de rejeição) nas sub-condições a) uso agramatical do clítico acusativo em vez do dativo b) uso agramatical do clítico dativo em vez do acusativo.



**Gráfico 2.** Seleção do caso (média de acerto por sub-condição e por grupo)

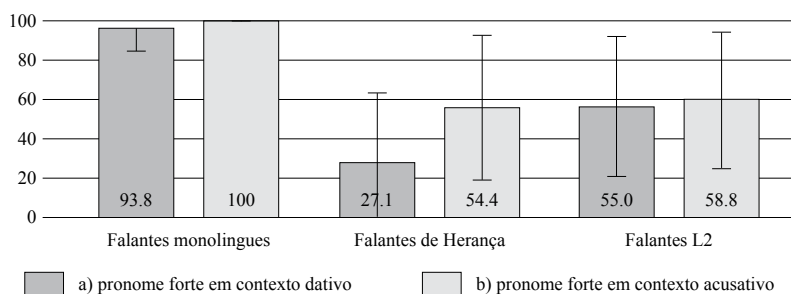
Os falantes monolíngues apresentam 100% de respostas esperadas (rejeição das frases) nas duas sub-condições, o que demonstra que têm conhecimento robusto da seleção de caso do pronome clítico, apesar de o português falado apresentar alguma variação neste domínio. Este resultado contrasta com as médias de acerto dos falantes de herança (72.5%; DP = 31.7 e 75%; DP = 39.7 nas duas sub-condições) e dos falantes L2 (62.5%; DP = 35.7 e 57.50%; DP = 41.2).

Um teste de diferenças não paramétrico Kruskal-Wallis H confirma que os três grupos apresentam diferenças significativas em ambas as condições (Ia-  $H(2) = 15.986, p < .001$ ; Ib-  $H(2) = 14.193, p = .001$ ). Testes Mann-Whitney adicionais indicam que as diferenças encontram-se entre o grupo monolíngue

e os dois outros grupos (Ia- FH vs. FM:  $U = 72.00$ ,  $p < .001$ ; L2 vs. FM:  $U = 54.000$ ,  $p < .001$ ; Ib- FH vs. FM:  $U = 99.00$ ,  $p = .004$ ; L2 vs. FM:  $U = 54.000$ ,  $p < .001$ ), mas não entre os FH e os falantes L2 (Ia-  $U = 128.000$ ,  $p = .565$ ; Ib-  $U = 114.500$ ,  $p = .273$ ). É de realçar que os FH e os falantes L2 têm resultados muito semelhantes relativamente à sua performance intra-grupo. Nenhum grupo apresenta uma tendência clara de troca em apenas uma sub-condição, isto é, os falantes aceitam tanto o uso agramatical de clíticos dativos em vez de acusativos como o inverso. Esta observação é confirmada por um teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas, que não apresenta diferenças estatísticas entre as duas sub-condições em nenhum dos grupos (FH:  $Z = -0.29$ ,  $p = .773$ ; L2:  $Z = -0.45$ ,  $p = .655$ ). Ambos os grupos apresentam também um elevado grau de variação, como demonstrado pelo elevado desvio-padrão (cf. Gráfico 2). O nível de acerto varia entre 0 e 100% em ambos os grupos. Porém, uma análise mais detalhada das restantes propriedades clíticas testadas mostra que a semelhança entre falantes de herança e falantes L2 é apenas superficial, pois o comportamento dos grupos nas diferentes condições do teste é distinto.

A condição II testa o uso de pronomes fortes em vez de pronomes clíticos. Como referido em 3.1, o alemão não possui pronomes clíticos, mostrando pronomes fortes na posição de objeto. Por sua vez, na fala coloquial do português europeu há alguma variação no uso de pronomes fortes dativos em vez de clíticos (cf. Brito 2008), o que não é observado no caso dos contextos acusativos.

O Gráfico 3 apresenta as médias de acerto por grupo nas duas condições que testam o uso desviante de pronomes fortes em vez de clíticos a) em contexto dativo, b) em contexto acusativo.

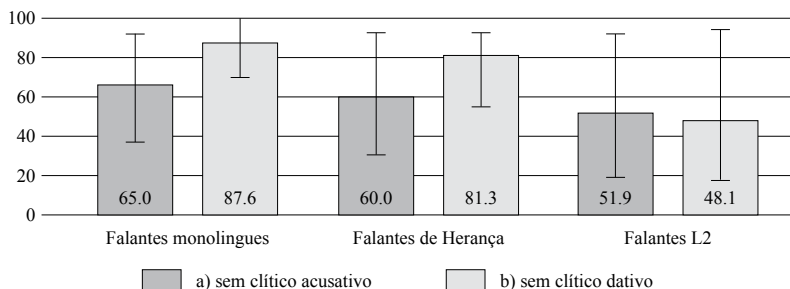


**Gráfico 3.** Pronomes fortes: Percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

Como demonstrado no Gráfico 3, os falantes monolíngues não aceitam o uso de pronomes fortes em vez de clíticos acusativos (100% de acerto), mas apresentam

alguma variação quanto ao uso de pronomes dativos (93.6% de acerto, DP = 9.6). Também os falantes de herança apresentam maior tendência para aceitar o uso agramatical de pronomes dativos (27.1% de rejeição) do que de pronomes acusativos (54.4% de rejeição). Em contraste, os falantes L2 apresentam resultados muito semelhantes em ambas as sub-condições (55.0% de rejeição de pronomes dativos fortes, DP = 35.4, e 58.8% de rejeição de pronomes acusativos fortes, DP = 34.6). Um teste Wilcoxon confirma que apenas no grupo L2 as diferenças entre ambas as sub-condições não são significativas ( $Z = -.354, p = .723$ ).

A condição III testa o conhecimento dos falantes relativamente ao uso de estruturas de topicalização sem o pronome clítico, tanto em contextos acusativos (IIIa) como em contextos dativos (IIIb). Ambas as sub-condições apresentam frases gramaticais.



**Gráfico 4.** Topicalização: Percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

Dois testes de diferença Mann-Whitney mostram que, nesta condição, os falantes de herança não diferem estatisticamente dos falantes monolíngues em nenhuma das sub-condições (IIIa:  $U = 144.50, p = .571$ ; IIIb:  $U = 129.50, p = .257$ ). Nos contextos dativos, um teste Kruskal-Wallis apresenta diferenças significativas ( $H(2) = 9.564, p = .008$ ) entre os monolíngues e os falantes L2.

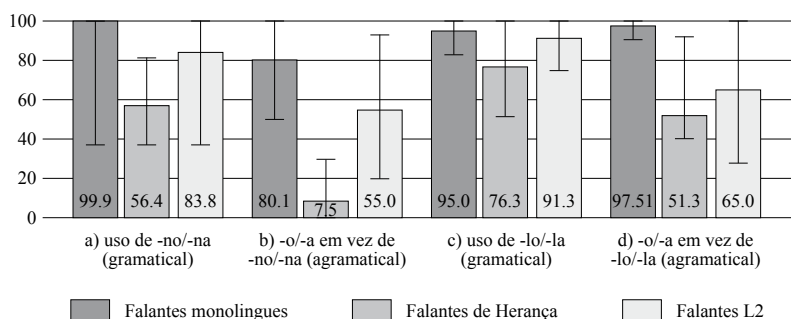
Os resultados mostram também, que tanto os falantes monolíngues como os falantes bilíngues são sensíveis a uma assimetria entre o caso dativo e o caso acusativo nestas estruturas. A topicalização do objeto sem a presença de um pronome resumptivo é muito mais aceite com o objeto indireto/dativo (FM: 87.6%; FH: 81.3%) do que com o objeto direto/acusativo (FM: 65%; FH: 60%).<sup>3</sup> Esta assimetria de caso é estatisticamente significativa em ambos os grupos, como demonstra um teste não paramétrico Wilcoxon (FM:  $Z = -2.944, p = .003$ ; FH:  $Z = -2.626, p = .009$ ).

3 Rinke e Flores (2014) mostram que existe uma tendência em PE para favorecer a topicalização de objetos com a presença de pronomes resumptivos (deslocação à esquerda clítica segundo Duarte 1987), embora ambas as estruturas sejam gramaticais.

Em contraste, os falantes L2 não são sensíveis a esta assimetria de caso, uma vez que apresentam resultados semelhantes em ambas as sub-condições (IIIa- 51.9% de acerto, DP = 32.5; IIIb- 48.1% de acerto, DP = 42.5). Um teste Wilcoxon confirma que a diferença entre as duas sub-condições não é significativa no grupo L2 ( $Z = -.660$ ,  $p = .509$ ). Isto significa que os falantes L2 apresentam baixos níveis de aceitação de estruturas de topicalização tanto em contextos acusativos como em contextos dativos.

A quarta condição testa o conhecimento das formas alomórficas *-no(s)/-na(s)* e *-lo(s)/la(s)*, incluindo quatro sub-condições, duas gramaticais e duas agramaticais, nas quais as formas alomórficas *-no(s)/-na(s)* e *-lo(s)/la(s)* são substituídas pela forma padrão *-o(s)/-a(s)*.

O Gráfico 5 mostra a percentagem de acerto por grupo e sub-condição.



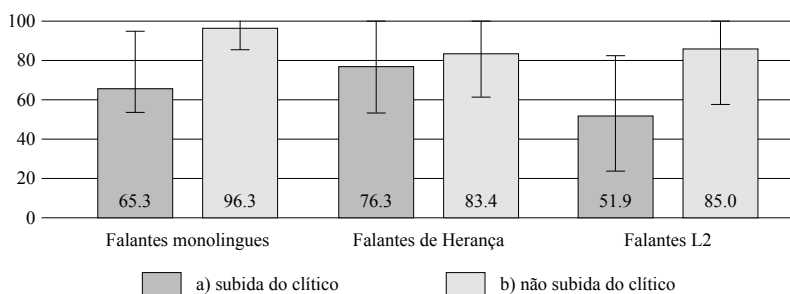
**Gráfico 5.** Formas clíticas alomórficas: percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

A primeira observação interessante diz respeito aos resultados dos falantes de herança, que são significativamente mais baixos do que os resultados dos falantes L2 em todas as quatro condições. Relativamente ao uso de *-no(s)/-na(s)*, os FH atingem uma média de acerto de 56.4% (DP = 24.5) na sub-condição gramatical e de apenas 7.5% na agramatical (DP = 21.8), indicando um conhecimento muito instável desta propriedade linguística. Este desempenho contrasta claramente com a média de acertos apresentada pelo grupo L2, que atinge uma média de 83.75% de respostas esperadas em VIa (DP = 18.2) e de 55.00% em IVb (DP = 37.6). Dois testes Mann-Whitney confirmam que a diferença entre ambos os grupos é estatisticamente significativa em ambas estas sub-condições (IVa-  $U = 51.500$ ;  $p < .001$ ; IVb-  $U = 49.500$ ;  $p < .001$ ). Além disso, estes dois grupos também diferem estatisticamente do grupo monolíngue, que atinge médias de acerto muito mais elevadas (IVa-  $H(2) = 28.560$ ,  $p < .001$ ; IVb-  $H(2) = 26.147$ ,  $p < .001$ ). Contudo, também o grupo monolíngue apenas

atinge uma média de acerto de 80.1% (DP = 30.1) nos contextos em que *-no(s)/-na(s)* é agramaticalmente substituído por *-o(s)/-a(s)*, indiciando a presença de alguma variação em PE neste domínio.

De facto existe uma evidente diferença entre o uso das formas *-lo/-la* e *-no(s)/-na(s)*. Este dado pode estar relacionado com o facto de as regras morfológicas de uso de *-lo(s)/-la(s)* serem mais transparentes e perceptíveis do que as de *-no(s)/-na(s)*. No primeiro caso, o uso da forma alomórfica implica a queda da consoante final do verbo adjacente, enquanto que a produção de *-no(s)/-na(s)* se dá quando o verbo adjacente termina em consoante nasal, suscitando proximidade fonética entre a terminação do verbo e o som consonântico inicial do clítico. Vários testes Wilcoxon foram aplicados para verificar se a diferença entre *-lo/-la* e *-no(s)/-na(s)* é estatisticamente significativa nos três grupos de falantes. Neste âmbito é de realçar que os falantes L2 speakers não são sensíveis às diferenças entre estas duas formas clíticas, nem na condição gramatical ( $Z = -1.222, p = .222$ ) nem na agramatical ( $Z = -1.035, p = .301$ ). Em contraste, os falantes de herança apresentam diferenças significativas no desempenho relativo a estas duas formas (FH: IVa- vs. IVc-  $Z = -2.828, p = .005$ ; IVb vs. IVd-  $Z = -3.000, p = .003$ ). Também os falantes monolíngues são sensíveis a esta diferença alomórfica (que é significativa na condição agramatical:  $Z = -2.585, p = .010$ ).

Por fim, reportamos os resultados relativos à subida de clítico em contextos de reestruturação (condição V). As sub-condições testadas dizem respeito a) a construções em que se dá a subida do pronome clítico para uma posição entre o verbo auxiliar e o principal, b) o pronome clítico se encontra em posição de ênclise ao verbo principal (portanto não sobe).



**Gráfico 6.** Subida de clítico: percentagem de acerto por sub-condição e por grupo (com DP)

Os resultados demonstram que nesta tarefa de juízos de gramaticalidade os falantes monolíngues mostram uma preferência pela estrutura sem subida de clítico com 96.3% de aceitação. Relativamente à estrutura em que o clítico sobe, a taxa de

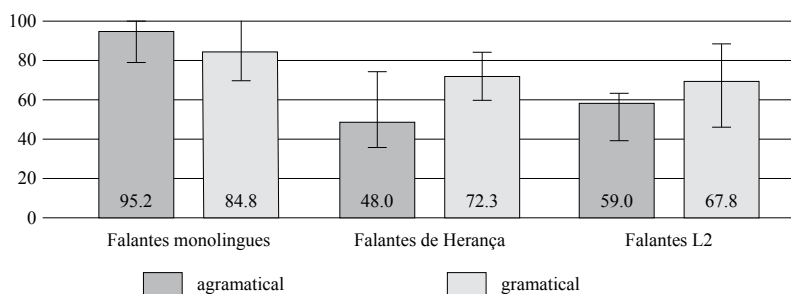


aceitação fica-se pelos 65.3% (DP = 29.2). Os falantes L2 mostram preferências muito semelhantes aos falantes monolíngues, com uma taxa de aceitação de apenas 51.9% (D = 30.3) de estruturas do tipo Va. e 85.0% (DP = 26.8) de estruturas do tipo Vb. Dois testes Mann-Whitney confirmam que falantes monolíngues e L2 não diferem estatisticamente nestes contextos (Va:  $U = 125.500$ ,  $p = .528$ ; Vb:  $U = 105.500$ ,  $p = .187$ ). Adicionalmente, dois testes Wilcoxon demonstram que a diferença de preferências entre as duas estruturas é significativa em ambos os grupos (FM-  $Z = -3.154$ ,  $p = .002$ ; L2-  $Z = -2.463$ ,  $p = .014$ ).

Diferentemente, os falantes de herança não apresentam preferências relativamente a uma das estruturas. A média de aceitação é semelhante em ambas as sub-condições (76.3%, DP = 32.0; 83.4%, DP = 22.3). Um teste Wilcoxon confirma que, de facto, não há diferença estatística entre as taxas de aceitação em ambas as sub-condições ( $Z = -.632$ ,  $p = .527$ ).

A diferença entre as sub-condições que demonstram os resultados dos monolíngues e dos falantes L2 é um efeito da instrução e da língua escrita em que a não-subida do clítico parece ser a variante preferida. No entanto, na fala, a subida do clítico é a variante preferida também por falantes monolíngues do PE (Barbosa *et al.* submetido).

Por fim, foram quantificadas e comparadas estatisticamente as médias de acerto nas condições gramaticais e agramaticais por grupo de falantes (cf. Gráfico 7), com o intuito de avaliar o desempenho geral dos falantes nestes dois tipos de condições.



**Gráfico 7.** Médias de acerto nas condições gramaticais vs. agramaticais (por grupo, com DP)

Os resultados estatísticos mostram que tanto os falantes monolíngues como os falantes bilingues têm desempenho diferente nos dois tipos de condição. Os FH têm consideravelmente mais dificuldades em julgar frases agramaticais (48.0% de acerto) do que estruturas gramaticais (72.3% de acerto) o que reflete a insegurança

dos falantes que aceitam certas estruturas agramaticais em vez de as corrigirem. Esta diferença é estatisticamente significativa, como demonstra um teste Wilcoxon ( $Z = -2.595, p = .009$ ). Devido ao desempenho particular demonstrado nas condições III e IV, os falantes monolíngues apresentam uma tendência contrária. Estes têm muito menos problemas em rejeitar estruturas agramaticais mas também rejeitam variantes que são estigmatizados num registo mais formal.

O desempenho dos falantes L2 contrasta claramente com os resultados dos primeiros dois grupos. Apesar de terem uma média ligeiramente mais baixa nas condições agramaticais (59.0% contra 68.7%), um teste Wilcoxon mostra que esta diferença não é estatisticamente significativa ( $Z = -1.011, p = .312$ ).

#### 4. Discussão e conclusão

Os resultados do teste de juízos de gramaticalidade permite-nos tirar várias conclusões sobre o desempenho dos três tipos de falantes analisados.

Em primeiro lugar, e como se esperava, os falantes de herança e os falantes L2 globalmente apresentam médias de acerto mais baixas do que os falantes monolíngues, demonstrando maiores dificuldades em recorrer à sua intuição linguística e julgar as estruturas apresentadas. No caso dos falantes de herança, esta dificuldade é mais expressiva nos contextos agramaticais, o que demonstra uma maior insegurança e um nível de confiança mais baixo na produção de juízos de valor. Por sua vez, um baixo nível de confiança está associado a um baixo nível de consciência metalinguística, entendida como a capacidade do falante em se distanciar do conteúdo e prestar atenção às propriedades estruturais da língua (Gombert, 1992). O grau de consciência metalinguística desenvolvida pelos falantes depende de vários fatores, como idade, domínio da língua, nível de proficiência, em especial de conhecimento lexical, controlo executivo, assim como grau de instrução (Bialystok 1986; Bialystok & Luk & Peets, & Yang 2010). Vários autores têm demonstrado que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da consciência metalinguística e a instrução formal (ver discussão em Gombert 1992). A aprendizagem da escrita e da leitura desencadeia a transição de conhecimento implícito, adquirido através de exposição naturalística, para conhecimento linguístico explícito (Reder *et al.* 2013; Kuo & Anderson, 2006). Estudos sobre os efeitos de programas de imersão bilingues têm demonstrado que crianças bilingues desenvolvem um elevado grau de consciência metalinguística quando têm instrução em ambas as línguas (Bialystok *et al.* 2014). No caso dos falantes bilingues testados no presente estudo, o grau de instrução na língua de herança é bastante reduzido. O contacto limitado com práticas de literacia e a falta de hábitos de escrita e leitura em português poderão explicar o desempenho global mais baixo destes falantes (60.1%), que apresentam uma média geral de acerto

semelhante à dos falantes L2 (63,8), os quais começaram a adquirir o português em fase adulta mas têm acesso a instrução formal no momento da recolha de dados. Esta dificuldade global dos dois grupos de falantes poderá explicar também o seu desempenho na condição I, seleção de caso, em que ambos os grupos apresentam elevados níveis de variação intra-grupo e têm dificuldades em rejeitar tanto o uso agramatical do clítico dativo em vez do acusativo como o inverso.

Contudo uma análise mais detalhada das outras propriedades linguísticas testadas revela que, apesar desta aparente semelhança, o conhecimento linguístico de falantes de herança e falantes L2 não é equivalente, espelhando o contexto de aquisição da língua-alvo. Como foi referido, falantes de herança adquirem a sua LH sobretudo através de exposição naturalística, predominantemente oral, enquanto falantes L2 que adquirem a língua em contexto de sala de aula, tendo muito contacto com o registo escrito e instrução explícita. De facto, tal como defendem Bowles (2011) e Montrul *et al.* (2012), os falantes de herança testados no presente estudo revelam conhecimento linguístico mais estável de propriedades linguísticas típicas do discurso oral. Mostram também as mesmas assimetrias que falantes monolíngues em propriedades que apresentam alguma variação no português falado. Contudo, distinguem-se de falantes monolíngues no domínio de propriedades mais formais; domínios, em que os falantes L2 apresentam vantagens. As médias de acerto dos grupos nas diferentes condições mostram precisamente isso.

Relativamente ao uso de pronomes fortes (condição II), os falantes de herança, apesar de globalmente apresentarem um desempenho mais baixo, demonstram a mesma assimetria que os falantes monolíngues ao ajuizarem o uso de pronomes fortes dativos vs. acusativos. De facto, em ambos os grupos há maior tendência para se aceitar o uso de pronomes fortes dativos em vez de pronomes clíticos do que de acusativos. O facto de alguns falantes monolíngues aceitarem o uso de pronomes fortes em posição de objeto indireto revela que no português falado parece existir alguma variação neste domínio. Os resultados dos falantes de herança demonstram a mesma assimetria, porém de forma mais significativa, o que, por um lado, é explicado por uma maior dificuldade geral na execução desta tarefa, e, por outro, pela tendência de ampliar variação que existe na norma coloquial. Em contraste, os falantes L2 não demonstram a mesma assimetria no julgamento destas estruturas, apresentando níveis de acerto semelhantes em ambas as sub-condições. Este dado mostra que a fonte de conhecimento linguístico é diferente nos três tipos de falantes. Nos primeiros dois grupos, a fonte linguística primária é a língua oral, enquanto no segundo a construção do saber linguístico não segue o mesmo padrão de desenvolvimento. No grupo L2, o facto de os falantes não fazerem distinção de caso poderá indiciar a existência de transferência da sua L1. O alemão possui pronomes fortes tanto em posição de objeto direto (acusativo), como em posição de objeto indireto (dativo), não apresentando qualquer tipo de assimetria no seu uso.

Por conseguinte, a aceitação indiferenciada de pronomes fortes em português pode ter sido reforçada pelo alemão no caso dos falantes L2.

Também as estruturas de topicalização, testadas na condição III, mostram uma assimetria de caso, expressa nos resultados dos falantes monolíngues e dos falantes bilingues. Ambos os grupos aceitam significativamente mais a topicalização de objetos sem a presença de pronome clítico resumtivo com objetos indiretos do que com objetos diretos. Esta diferença de preferências não é observada no caso dos falantes L2, reforçando a ideia de que falantes monolíngues e bilingues têm conhecimento implícito idêntico, distinto do conhecimento linguístico de falantes L2.

Contudo, nas propriedades formais que parecem necessitar de reforço escrito, como o caso da alomorfa clítica (condição IV), os falantes L2 mostram um desempenho superior aos falantes monolíngues, reforçando a ideia de que o conhecimento linguístico do falante de herança é um conhecimento implícito, forjado quase exclusivamente por exposição oral. Um dado interessante, no caso das formas clíticas alomórficas, é a assimetria de desempenho entre as formas *-no(s)/-na(s)* e as formas *-lo(s)/-la(s)* observada nos grupos de falantes monolíngues e de falantes de herança, mas não no grupo de falantes L2. Como descrito em 3.1., as duas formas clíticas diferem quanto à sua transparência formal. Enquanto o uso de *-lo(s)/-la(s)* implica a queda da consoante precedente, a formação de *-no(s)/-na(s)* dá-se na presença de uma consoante nasal precedente, levando por isso à produção de dois sons nasais muito próximos. A falta de sensibilidade dos falantes L2 a estes condicionamentos de transparência formal é também ela reveladora de um conhecimento linguístico diferente, resultante da aprendizagem explícita de regras gramaticais e reduzida sensibilidade a pistas internas dadas pelo *input*.

Os resultados da condição V, referente ao juízo de estruturas com e sem subida do pronome clítico em contextos de reestruturação reforçam a ideia de que os falantes bilingues mostram pouca sensibilidade a estruturas reforçadas pela instrução e por registos escritos e mais formais. Os FH não distinguem entre construções com e sem subida de clítico, enquanto os falantes monolíngues e os falantes L2 mostram uma clara preferência por estruturas sem subida de clítico. Esta preferência reflete um conhecimento explícito da língua, adquirido pelos falantes monolíngues e L2 através da instrução e através da familiaridade com o registo formal/escrito.

Em suma, este estudo pretendeu mostrar que, apesar de aparente semelhanças entre o desempenho de falantes de herança, que adquirem a sua LH como língua minoritária, e falantes L2 existem diferenças fundamentais entre o conhecimento linguístico dos dois grupos, quando as diferentes condições e sub-condições são considerados em detalhe.

## Referências bibliográficas

- Alexandre, N. (no prelo, 2015): “Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfosintáticos do contacto”, em Araújo, G. & Jeferson, P. & Oliveira, M. (eds.), *Português Falado na África Atlântica*.
- Almeida, L. (2011): *Acquisition de la structure syllabique en contexte de bilinguisme simultané portugais-français* (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa).
- Barbosa, P. et al. (2014): *Corpus da Fala Bracarense* (Braga: CEHUM). Disponível em <https://sites.google.com/site/projectofalabrarense/home>.
- Barbosa, P. & Paiva, C. & Martins, K. (submetido): “Clitic Climbing in an oral corpus of European Portuguese”, em Barbosa, P. & Paiva, C. (eds.), *Studies on Variation and Change in Varieties of Portuguese* (submetido a John Benjamins).
- Bialystok, E. (1978): “A theoretical model of second language learning”, *Language Learning* 28 (1), 69-83.
- Bialystok E. (1986): “Factors in the growth of linguistic awareness”, *Child Development*, 498-510.
- Bialystok, E. & Luk, G. & Peets, K. F. & Yang, S. (2010): “Receptive vocabulary differences in monolingual and bilingual children”, *Bilingualism: Language and Cognition* 13, 525-531.
- Bialystok, E. & Peets, K. F. & Moreno, S. (2014): “Producing bilinguals through immersion education: Development of metalinguistic awareness”, *Applied Psycholinguistics* 35 (1), 177-191. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1017/S0142716412000288>
- Bley-Vroman, R. (1990): “The logical problem of foreign language learning”, *Linguistic Analysis* 20, 3-49.
- Bowles, M. (2011): “Measuring implicit and explicit knowledge. What can heritage language learners contribute?”, *Studies in Second Language Acquisition* 33, 247-271.
- Bowles, M., & Montrul, S. (2009): “Instructed L2 acquisition of differential object marking in Spanish”, in Leow, R. & Campos, H. & Lardiere, D. (eds.), *Little words. Their history, phonology, syntax, semantics, pragmatics and acquisition*, 199-210 (Washington, DC: Georgetown University Press).
- Brito, A. M. (2008): “Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of Portuguese indirect object”, *Phrasis. Studies in Language and Literature* 49 (2), 31-58.
- Costa, J. & Fiéis, A. & Lobo, M. (2014): “Input variability and late acquisition: clitic misplacement in European Portuguese”, *Lingua*. doi: 10.1016/j.lingua.2014.05.009.
- Cuza, A. & Frank, J. (2010): “The acquisition of double *que* questions in heritage and L2 Spanish”, em Heijl, M. (ed.), *Proceedings of the 2010 Canadian Linguistics Association Annual Conference* (Montreal, Quebec). Disponível em [http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/CLA2010\\_Cuza\\_Frank.PDF](http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/CLA2010_Cuza_Frank.PDF).

- Duarte, I. (1987): *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento* (Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa).
- Ellis, R. & Loewen, S. & Erlam, R. (2006): “Implicit and explicit corrective feedback and the acquisition of L2 grammar”, *Studies in Second Language Acquisition* 28, 339-368.
- Flores, C. (2014): “Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research on heritage speakers of European Portuguese”, *Lingua*. doi:10.1016/j.lingua.2014.09.008
- Flores, C. & Rinke, E. & Barbosa, P. (2015): “Input effects across generations. The realization of objects in 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> generation speakers of European Portuguese in Germany” (comunicação apresentada na 1<sup>st</sup> Conference on Bilingualism in the Hispanic and the Lusophone World. 15.1.2015, Universidade de Leiden).
- Gombert, J. E. (1992): *Metalinguistic development* (Hemel Hempstead, UK: Harvester Wheatsheaf).
- Gonçalves, A. (2002): “Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do Português Europeu”, em Duarte, I. et al. (eds.), *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Vol.1, 45-57 (Porto: CLUL).
- Han, Y. & Ellis, R. (1998): “Implicit knowledge, explicit knowledge and general language proficiency”, *Language Teaching Research* 2 (1), 1-23.
- Johnson, J. & Newport, E. (1989): “Critical period effects in second language learning: the influence of maturational state on the acquisition of English as a second language”, *Cognitive Psychology* 21, 60-99.
- Kuo, L. & Anderson, R. C. (2006): “Morphological awareness and learning to read: A cross-language perspective”, *Educational Psychologist* 41, 161-180. doi:10.1207/s15326985ep4103\_3
- Lipski, J. (2008): *Varieties of Spanish in the United States* (Washington: Georgetown University Press).
- Montrul, S. (2008): *Incomplete acquisition in bilingualism: Re-examining the age factor* (Amsterdam: John Benjamins).
- Montrul, S. (2010a): “Current issues in heritage language acquisition”, *Annual Review of Applied Linguistics* 30, 3-23.
- Montrul, S. (2010b): “How similar are adult second language learners and heritage speakers? Spanish clitics and word order”, *Applied Psycholinguistics* 31, 167-207.
- Montrul S. & Foote, R. & Perpiñán, S. (2008): “Gender agreement in adult second language learners and Spanish heritage speakers: The effects of age and context of acquisition”, *Language Learning* 58, 3-53.

- Montrul S. & de la Fuente, I. & Davidson, J. & Foote, R. (2012): “The role of experience in the acquisition and production of diminutives and gender in Spanish: Evidence from L2 learners and heritage speakers”, *Second Language Research* 29 (1), 87-118.
- Rinke, E. & Flores, C. (2014): “Heritage Portuguese bilinguals morphosyntactic knowledge of clitics”, *Bilingualism: Language and Cognition* 17 (4), 681-699. doi: 10.1017/S136672891300076X.
- Pallier, C. & Dehaene, S. & Poline, J.-B. & LeBihan, D. & Argenti, A.-M. & Dupoux, E. & Mehler, J. (2003): “Brain imaging of language plasticity in adopted adults: can a second language replace the first?”, *Cerebral Cortex* 13, 155-161.
- Reder, F. & Marec-Breton, N. & Gombert, J.-E. & Demont, E. (2013): “Second-language learners’ advantage in metalinguistic awareness: A question of languages’ characteristics”, *British Journal of Educational Psychology* 83 (4), 686-702. doi: 10.1111/bjep.12003.
- Rodrigues, L. (em preparação): *Formas de realização do pronome clítico no português de emigrantes luso-alemães de primeira e segunda geração* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho).